

XXX REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - João Pessoa, Brasil. 2016

GT 36 - Festas, celebrações e ritos: o patrimônio em questão e como questão

A NAÇÃO FARÁ 200 ANOS: a máquina comemorativa, os preparativos do bicentenário de independência do Brasil e seus impactos nos programas educativos oficiais.

Alexandre Fernandes Corrêa¹ e Natália Pereira Lima²

RESUMO: Em pesquisas sobre o *Teatro das Memórias* (CNPq) realizamos estudos de ritanálise dos processos comemorativos na sociedade moderna. A sociedade brasileira é atravessada por uma espécie de máquina comemorativa estruturada desde o *Triunfo Eucarístico* (1733). Modelo primordial e fundador que assume variações locais, incorporando novas tecnologias, mas permanecendo em sólidas bases socioculturais (neo)barrocas (Canclini, 2003). Na aproximação do bicentenário da *Independência* detectamos a manutenção desse maquinismo celebrativo. Ao partimos da análise dos documentos oficiais, nos quais se estabelecem metas definidas no "Todos pela Educação", IDEB, PNE, BNC e SAE, refletimos sobre como dialogam com as novas demandas socio-educacionais atuais. A partir de um olhar aberto para as mutações histórico-culturais da máquina comemorativa (*Centenário, República, Descobrimento, Independência* etc.), analisamos seus efeitos na contemporaneidade, observando continuidades e descontinuidades no processo de construção do panteão identitário nacional. Nesta comunicação apresentaremos dados empíricos recolhidos de pesquisas realizadas sobre os 400 anos de São Luis/Ma (2012) e o bicentenário de Macaé/RJ (2013) nos quais encontramos elementos de confirmação de uma estrutura recorrente na história.

Palavras-chave: Festas Públicas, Ritos Comemorativos, Educação, Identidade, Bicentenário.

A celebração do Bicentenário da Independência do Brasil aproxima-se. Com certeza, em 2022 teremos manifestações de grande pompa e expressão político-cultural; afinal, os brasileiros gostam de festejar e celebrar. Porém, não há dúvida, tratar-se-á também de uma nova ocasião singular para o País recuperar e intensificar mais uma vez a tradição de festividades públicas voltadas à comunicação de seus valores e símbolos nacionais para o mundo e para si. Uma excelente oportunidade, então, para avançarmos na perspectiva sociológica sobre esses ritos celebrativos.

Encontramos alguns indícios de modelos celebrativos na preparação e organização logística por parte da Secretaria de Assuntos Estratégicos³ do Governo Federal, ações que todavia ainda estão sendo debatidas e desenhadas através de consultas públicas. Sobressai nesse contexto de preparação uma espécie de "maquinica"

¹ Professor Associado UFRJ Macaé. Doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP). Pós-Doc Antropologia (UFRJ-2006 e UERJ-2010). E.mail: alexandre.correa@pq.cnpq.br

² Mestranda em Educação - Políticas e Instituições Educacionais (UFRJ-2015). E.mail: natalialimacs@hotmail.com

³ A Secretaria de Assuntos Estratégicos está realizando uma consulta a várias organizações sobre o Plano Brasil 2022 (<http://www.sae.gov.br/site/?p=4632>). O documento foi encomendado pela Secretaria para "a elaboração de um Plano para o Brasil em 2022, que indicasse e sintetizasse o que o Brasil aspira ser no bicentenário de sua Independência". Diversas organizações estão discutindo de que forma poderão intervir, educação, igualdade racial, mulheres, saúde, comunicação etc.

de subjetividades⁴ projetivas, na qual o jogo das ideologias em confronto pode ser tomado como um grande teatro, verdadeiro drama social (Gallo, 2010). E nos chama atenção especialmente, como interesse particular de nossos estudos, os discursos voltados para as possíveis transformações que poderiam afetar a educação brasileira. Segundo as metas propostas para esse setor sugere-se a mudança do foco para um novo estágio no qual se passaria do lema "todas as crianças e adolescentes na escola" para "escola de qualidade", quando se pretenderia alcançar enfim um novo patamar civilizatório (Giambiagi, 2011).

Mas como articular este "projeto" comemorativo com as diferentes fases de formulação da ideia de "nação brasileira"? O que vamos comemorar em 2022? Gostaríamos de tentar responder essas questões considerando as palavras de Luiz Carlos Bresser-Pereira introduzidas recentemente num artigo. Síntese precisa do momento em que nos encontramos, sua análise foi apresentada num breve texto intitulado *Onde estás, Tiradentes?*⁵:

Hoje é o dia de Tiradentes, e temos ainda um outro feriado, o 7 de Setembro. Os dois comemoram a mesma coisa – a independência do Brasil. Mas será o Brasil realmente uma nação independente? Formalmente, sem dúvida, mas substantivamente, apenas se duas condições fossem satisfeitas: que suas elites estivessem associadas a seu povo, quando se tratasse de competir com os demais estados-nação, e que os brasileiros soubessem qual o conflito de interesses que separa o Brasil dos países ricos ou do Norte. [...] Desde 1990, (...), as elites brasileiras perderam a ideia de nação. [...] Agora há um dado novo e trágico. [...] A nação – uma solidariedade básica entre as elites e o povo – confirma sua inexistência. Onde estás, Tiradentes? Onde estás, Brasil?

Essas indagações de alcance mais dramático certamente vão apresentar-se de modo cada vez mais intenso com a aproximação da efeméride de 2022. Cabe a pesquisa recolher dados factíveis que auxiliem na reflexão mais aprofundada do tema.

O Teatro das Memórias

Na pesquisa intitulada *Teatro das Memórias* (Corrêa, 2010) procuramos compreender a *socio-lógica* desses processos e investimentos socioculturais, através de diferentes mecanismos de análise sociológica. Propusemos inicialmente uma análise sobre personalidades e instituições socioculturais participantes das comemorações históricas de aniversário de fundação da cidade de São Luís/MA, como ensaio

⁴ Paralelo que traçamos com a reflexão proposta por Silvio Gallo sobre a ideologia, "tratada como processo de subjetivação, de construção social e máquina de subjetividades" (Gallo, 2010).

⁵ Texto publicado no dia 21 de abril de 2014 em seu perfil oficial do *Facebook*: <https://www.facebook.com/bresserpereira/?fref=nf>

exploratório (Corrêa, 2013). Nesse momento, com o advento das futuras comemorações pelo Bicentenário da Independência do Brasil, a ser celebrado em 2022, nos servimos desse exercício de trabalho empírico e teórico aproximativo. Testamos nesta fase algumas hipóteses a serem aplicadas em decorrência da intensificação do maquinário comemorativo no país desde o ciclo celebrativo inaugurado com *500 anos do Descobrimento*, em 2000.

Sob a força da reflexão sugerida por Bresser-Pereira, mais acima, colocamos em crivo a construção e consolidação da ideia de nação em vias de comemorar seu bicentenário. Nesse trabalho, recuperamos os fatos ocorridos no início da década de 1920 com os preparativos para celebração do Centenário da Independência, culminando com o evento majestoso no Rio de Janeiro. Ressaltamos especialmente os seguintes aspectos apontados por Marly Silva da Motta (1992: 67):

Em meio a um clima de intenso debate no Congresso Nacional e na imprensa acerca dos recursos a serem investidos em tão "grandiosa empreitada", foi determinada, pelo Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920, "a realização de uma Exposição Nacional na Capital da República" dentro do programa de comemorações do Centenário da Independência. A regulamentação oficial das atividades comemorativas só veio a se dar quase um ano depois, pelo Decreto n. 15.066, de 24 de outubro de 1921, que previa, além da Exposição, a inauguração do Panteão dos Andradas, em Santos, do novo Palácio do Conselho Municipal e do edifício completo da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, a realização de congressos sobre direito, educação e história, e a publicação do Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil e do Arquivo diplomático da Independência.

Constata-se que a "grandiosa empreitada" não se limitou ao evento espetacular na Capital, mas abrangeu ações mais culturais e acadêmicas não só no Rio de Janeiro, como a famosa *Semana de Arte Moderna* em São Paulo, evento que deixou marcas indeléveis em nosso imaginário social⁶.

⁶ Lembramos também que na esfera mais específica da Educação brasileira sobressai o documento dos *Pioneiros da Educação Nova* de 1932, escrito durante o governo de Getúlio Vargas consolidando "a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, dentre 26 intelectuais, entre os quais Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, no meio do processo de reordenação política resultante da Revolução de 30, o documento tornou-se o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. O movimento reformador foi alvo da crítica forte e continuada da Igreja Católica, que naquela conjuntura era forte concorrente do Estado na expectativa de educar a população, e tinha sob seu controle a propriedade e a orientação de parcela expressiva das escolas da rede privada." Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifesto_dos_Pioneiros_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Nova

Considerando a coleção de eventos identificados e os aspectos destacados será possível sugerir que em 2022 encontraremos tal envergadura político cultural? É o que veremos...

Pesquisas em São Luís e Macaé

Nas pesquisas em São Luís/MA e Macaé/RJ, procuramos compreender de que modo diferentes pessoas e instituições da periferia do País influenciaram e determinaram o perfil das comemorações de fundação dos respectivos núcleos urbanos antigos dessas cidades no decorrer do século XX e início do século XXI. O foco recaiu primeiramente sobre as comemorações dos 350 anos e os trabalhos de organização dos ritos comemorativos do IV Centenário de São Luís (Lima, 2013; Corrêa, 2012)⁷. Depois das observações das comemorações do IV Centenário em 2012, passamos a trabalhar na pesquisa sobre as comemorações do Bicentenário de Macaé em 2013.

Observamos no trabalho empírico em Macaé se confirmar a repetição da mesma estrutura festiva com um relevo mais sobressalente nas relações interligadas com a Secretaria de Educação do Município. Conforme foi declarado pela historiadora⁸ da Fundação Macaense de Cultura "todas as ações vinculadas a celebração foram elaboradas em parceria com a SEMED". Destaca-se do roteiro celebrativo o *Desfile Cívico* e o *Espetáculo Teatral de Fundação da Cidade*, realizados com a participação dos estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Aspecto igualmente importante a ressaltar se relaciona ao fato do modelo dessas manifestações ter sido elaborado com base numa concepção carnavalesca, quando as próprias escolas de samba no ano de 2013 elaboraram enredos com o tema central na exaltação do Bicentenário. Observa-se e confirma-se aqui o entrelaçamento de todos os equipamentos e aparelhos culturais e educativos no processo de comemoração histórica; tudo em nome da identidade. Tal invocação identitária justificada no fato da maioria dos moradores do município ser migrantes, sendo necessário cultivar e difundir os valores locais para que não se percam da memória⁹.

⁷ Tendo em vista uma antropologia urbana dos ritos comemorativos na sociedade moderna, analisamos a participação de intelectuais, personalidades e instituições, no processo de comemorações históricas. Na fase final da pesquisa destacamos a compreensão da legitimidade e das formas de consenso e hegemonia que subjazem sob as estruturas de controle da festa pública, por parte de segmentos e classes de interesses e domínio.

⁸ Sra. Conceição Vilela Franco.

⁹ A população de Macaé mais que duplicou de 1992 (100.895) à 2010 (206.728), e em 2015 encontrava-se em torno de 235 mil habitantes. Ressalta-se que na cidade se encontram empresas ligadas ao setor de petróleo de 50 nacionalidades diferentes; a população estrangeira chega a cifra de 24 mil habitantes,

Como conclusão parcial dessas pesquisas sugerimos que desse longo processo histórico-cultural observamos a recorrência e manutenção de estruturas comemorativas que nos remetem aos séculos iniciais da civilização brasileira. Apontamos como evento catalisador especial o *Triunfo Eucarístico* de Vila Rica, no século XVIII. Esse modelo mantém-se incólume, atravessando as festas cívicas regenciais¹⁰ e republicanas, assumindo sempre variações e coloridos locais - adensados pela incorporação de tecnologias avançadas - mas permanecendo fundado sobre as mesmas bases socioculturais (neo)barrocas (Corrêa, 2010d).

Festas Públicas na Modernidade

Como material de pesquisa a ser apresentado nesse Congresso da ABA, recuperando os trabalhos realizados em São Luís/MA (IV Centenário) e em Macaé/RJ (Bicentenário), podemos avançar em algumas palavras mais exploratórias¹¹. O momento é auspicioso, pois estamos nessa etapa em que se revigora um novo ciclo de investigação sobre ritos comemorativos na sociedade brasileira, e nosso trabalho segue a linha das pesquisas sobre a análise sociocultural das datas comemorativas colocando em foco as festas públicas na modernidade.

Nessa pesquisa nos apoiamos em contribuições teóricas de autores ligados aos Estudos Culturais na atualidade. Visamos assim contribuir para a problematização crítica das práticas de preservação e difusão da memória pelas instituições culturais locais e regionais, enquanto expressão das relações de poder hegemônico no processo de gestão dos ritos comemorativos oficiais. Em síntese, nosso propósito é analisar a relação entre mitos e ritos que consagram o sentido da história e permitem sua reprodução simbólica pública - capaz de reforçar a consciência das coletividades, e cujo efeito transcendental assinala a garantia da continuidade temporal. Nessa perspectiva, os rituais foram compreendidos como espécie de máquinas sociais no qual se operam sistemas políticos de ação simbólica com objetivo de promover a memória coletiva e (re)integrar a coletividade (Rivière, 1989).

A Constituição Federal de 1988 considera que é dever dos entes federados – caracterizado como direito fundamental – proporcionar os meios de acesso à cultura e

aproximadamente 10% do total:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=330240&search=%7Cmacae>

¹⁰ Ver *Festas cívicas na corte regencial* de Marcelo Basile (2006).

¹¹ Trabalho originalmente apresentado no V Seminário Internacional de Política Cultural promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014.

proteger o patrimônio cultural, o qual se refere às identidades, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira composto de bens de natureza material e imaterial. Nessa perspectiva estudamos, através da sociologia do rito, a obrigatoriedade da fixação das datas comemorativas, assim como as ideologias inerentes a estes rituais, observando como as diferentes instituições e atores sociais envolvidos marcaram sua inscrição nos eventos da comemoração histórica. Tal análise se funda na concepção de que os rituais atualizam sistemas políticos e culturais hegemônicos através de ações simbólicas institucionalizadas ("máquinas socioculturais"); controlando a gestão da memória na sociedade.

Um ponto a se ressaltar está centrado no tema das datas comemorativas que integram obrigação legislativa, conforme descrito na Constituição Federal/1988 em seu art. 215, § 2º, com a exigência de lei que “disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais”. Assim está determinada a obrigatoriedade das datas comemorativas e, por conseguinte, as práticas dessas festividades públicas por meio de políticas culturais de implantação das comemorações das grandes datas. É sobre esse preceito que a sociedade autoriza determinar a expressão coletiva da rememoração e celebração de acontecimentos históricos fundadores; devendo ser ritualmente cultuados e perpetuados na memória social e coletiva. Mas, como se dão esses ritos?

Sociologia do Rito

Para compreender a estrutura lógica dessas comemorações históricas, construímos uma reflexão crítica utilizando como fundamento a sociologia do rito, com o objetivo de entender as estruturas simbólicas presentes nesses rituais e mitologias. Nesse sentido, compreendemos as festas públicas a partir da noção de rito. Não apenas o rito com abordagem religiosa, mas a dos ritos seculares. Claude Riviére (1989) entende o rito como uma modalidade que encena a vida coletiva e ao mesmo tempo um simulacro que investe o imaginário social. Jean Cazeneuve (S/D) nos diz que o rito é uma ação onde se assinala, sobretudo, um comportamento estereotipado, ou seja, onde é representado um episódio mitológico.

Nesse trajeto, tratamos de investigar as ações do Comitê Organizador dos eventos comemorativos de São Luís e de Macaé, onde verificamos as “ações programadas” e o controle hegemônico do processo de celebração. Tudo isso culminando na análise do

caso específico das celebrações em torno do IV centenário de São Luís e do Bicentenário de Macaé, realizadas em 2012¹² e 2013, respectivamente.

Nossa investigação entrelaçou conceitos complexos, tais como: cultura, poder, rito, hegemonia, patrimônio, memória social, etc. Mas é sabido que o conceito de cultura é central, articulando-se aos conceitos de ideologia e subjetividade, por exemplo. Como tal, operando num vasto sistema de relações polissêmicas, não nos limitamos a uma única definição ou matriz. Utilizamos, no entanto, para o desenvolvimento desse texto, a proposta de Bauman (2012) sobre a ambiguidade ou ambivalência da cultura.

Memória, Patrimônio e Festas.

Henri-Pierre Jeudy ao comentar como funcionam as “práticas de patrimonialização” - expressão empregada para denunciar o excesso de espetacularização das cidades -, questiona também as práticas adotadas e operacionalizadas no mundo contemporâneo, em processo de patrimonialização e musealização avassaladores. Todos esses aspectos teóricos destacados, somando-se ainda os usos e conceitos da memória social, respaldados em Halbwachs (1990), nos ajudam a confirmar que não existe memória individual isolada, pois esta está vinculada a memória do grupo e esta a uma esfera maior, socialmente envolvente. Todas essas ferramentas teóricas alinhavadas de modo resumido e ligeiro são importantes, pois estão relacionados com a questão da identidade, do patrimônio, das datas comemorativas e, por conseguinte, das festividades; que nos interessam diretamente.

Como se vê e constata, as políticas públicas e culturais na área de preservação e ritualização do patrimônio cultural e da memória social estão intimamente ligadas ao processo de formação das subjetividades individuais e coletivas. Portanto, considerando tal premissa, não existiria subjetividade sem alguma forma instituída de patrimônio, pois o mesmo invoca a promoção das identidades sociais em séries, de modo maquínico (Gallo, 2010). E de que maneira as festas modulam e mediam estas "formações subjetivas" seriais?

A subjetividade é uma expressão que não deixa de revelar na sua dinâmica que há em cada sujeito uma singularidade a ser elaborada ou subsumida, elidida. A

¹² Monografias de Graduação em Ciências Sociais/UFMA, apresentadas sobre o tema: 1. Milton Batista Lima Filho. *Do Mito ao Rito: Análise de uma narrativa fotográfica da participação popular nas comemorações dos 397 anos de fundação da cidade de São Luís* (2010). 2. Natália Pereira Lima. *A Legitimidade das Datas Comemorativas: As Festas Públicas na Celebração dos 400 Anos de São Luís/Ma* (2013).

singularidade é aquilo que torna o sujeito único, todavia, a dialética subjetividade/singularidade revela ao mesmo tempo a impossibilidade de se divorciar toda subjetividade, sua "formação", do universo da cultura, ou como Halbwachs (1990) afirma, “a amarra da memória do indivíduo à memória do grupo” - e aqui sempre consideramos a equação "memória = é cultura". Desse modo, tanto nos processos de produção da memória, assim como na rememoração simplesmente, o *outro* tem um papel fundamental. Esta memória social tem, portanto uma importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum que compartilha memórias, no diálogo com a alteridade. Ela garante o sentimento de identidade do indivíduo calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico; daí toda a ambiguidade inerente.

Como se sabe, desde as contribuições de Halbwachs (1990), a memória se modifica e se rearticula conforme posição que ocupamos no sistema das relações que estabelecemos nos diferentes grupos ou quadros sociais de que participamos. Também está submetida a questões inconscientes, como o afeto, a culpa, a censura, entre outros. As memórias individuais alimentam-se da memória coletiva e histórica e incluem elementos mais amplos do que a memória construída pelo indivíduo e seu grupo. E o momento primordial em que as memórias e identidades se embaralham e se reorganizam é o momento da festa, e a festa pública cimenta a identidade e a memória que se quer oficial e perene.

Um dos elementos mais importantes, que afirmam o caráter social da memória, é a linguagem. Michael Pollak (1992) nos auxilia ao relacionar a memória à identidade e apontar na criação desta uma das funções da memória: em termos coletivos, a memória cria identidade para o grupo, como aquilo que lhe é comum. No entanto, os enquadramentos da memória também funcionam como estratégias de “gerenciamento” desses registros memoráveis para atender a determinados projetos. Desta forma, a memória é enquadrada pela coerção e não simplesmente pela adesão afetiva. Memória é, pois, um fenômeno construído, em função das preocupações pessoais e políticas do momento. Ao considerarmos a sociologia do rito, na socioanálise das festas, percebemos a força que esse momento celebrativo tem na sedimentação do processo identitário e da encenação teatral da memória no espetáculo festivo.

A memória será, assim, a chance de alinhar um projeto de construção da identidade com o projeto coletivo e político, criando referências próprias, em direção a “futuros possíveis”, isto é, "festas possíveis", festas cíclicas (abertas/fechadas), num

calendário oficial e pré-programado. Celebrações que sevem como referências que se transformam, na contemporaneidade, em santuários de memória, em lugares que pretendem recriar identidades, nacionalidades, particularidades do homem pós-moderno, ávido por consumo, entretenimento e efemeridades.

Outra dimensão importante da questão mais ligada às memórias sociais é enfatizada ainda por Henry Pierre Jeudy (1990) ao nos impelir a refletir sobre as iniciativas das sociedades no uso da comemoração, no sentido de consagrar o sentido da história, sendo que recordar significa evocar o poder do mito, na perspectiva de alimentar a consciência de uma comunidade a reproduzir uma continuidade que define uma identidade. A relação destes elementos e sua elevação às políticas culturais se encontram exatamente no direito à memória, que atravessa a questão cultural. O direito e o dever de salvaguardar os bens históricos e artísticos. Para que isso ocorra, o poder político precisa investir nas lembranças de grandes datas, resgatando o passado histórico da sociedade.

Da mesma forma que a memória, a identidade cultural também constitui objeto dos direitos culturais. Buscamos entender a expressão identidade cultural mais uma vez tendo como fio condutor a teoria proposta por Bauman, que tem como tema central em seus estudos a modernidade líquida, quando chama atenção para a ambiguidade, a fragilidade dos laços e identidades sociais. A partir da ideia de fluidez, existe uma urgência em salvaguardar espaços e identificações perdidas ou esquecidas. Caberia então ao Estado através das normas, resgatar e garantir identidades territorializando/enraizando os indivíduos, pois assim mapeia o campo que será reconhecido, rememorado e festejado, oferecendo identificações fixas e cristalizadas.

Este processo de (des/ e re/) territorialização, segundo Rolnik (1986) e Guattari (1985, 1986), é caracterizado pelo mundo da ideologia como um grande teatro, no qual papéis são distribuídos e subjetividades são produzidas em massa; nas quais a expressão singular encontra muita dificuldade de criar linhas de fuga. Não apenas subjetividades individuadas, mas a produção de uma subjetividade social e inconsciente; pretendendo garantir a função hegemônica - hierarquias inconscientes (Gallo, 2010) - de cada campo. Como exemplo: o capitalismo transforma cada vez mais a cultura em mercadoria, onde se consome identidades pré-fabricadas, provocando comemorações espetaculosas que reafirmam a alienação e o assujeitamento de um grupo a outro. Essa é uma reflexão importante no que tange ao processo de preservação patrimonial imaterial, - no qual as

festas se inserem - pois percebemos o interesse institucional que visa estabelecer a gestão do teatro das memórias.

Outro aspecto a salientar está vinculado ao debate sobre as comemorações e sua dimensão política-cultural atravessando o projeto educacional do país, pois corresponde ao planejamento e delineamento de metas com a efetiva participação da população, principalmente, por meio de políticas educacionais que dialoguem com a sociedade¹³.

Como foi constatado na pesquisa a população não teve participação em nenhuma das propostas implementadas; fato constatado tanto em São Luís como em Macaé. Questionamos com muita preocupação as retóricas pré-eventos, nas quais se prometem consultas públicas, possibilidades de escolhas participativas, programação alternativa, mas que no fim, são totalmente abandonadas e esquecidas, além de não cumpridas. Em São Luís, perguntamos, quem avaliou e como foi avaliado e aprovado os 100 projetos anunciados pelo Comitê Gestor de 2011¹⁴ referente a relevância do tal *Legado para a Sociedade* local? Nada foi feito... Observamos repetir-se o mesmo processo se repetir em Macaé, nas obras para a *Copa do Mundo* em 2014 e das *Olimpíadas* em 2016...

Nesse quadro desolador e cínico, retomamos o conceito de hegemonia, evidenciando que o controle e domínio da gestão das celebrações e das festas públicas acabam nas mãos restritas de tecnocratas a fim de manter os interesses dos grupos hegemônicos patrocinadores e promotores, principalmente na perpetuação de suas memórias e vultos personalísticos; interesse velado, mas inconfessadamente prioritário e central.

Impacto nos Programas Educativos Oficiais

No cenário nacional verificamos uma série de debates em torno do acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas para educação e o

¹³ Outro exemplo de que a questão educacional ocupa lugar central no cenário político de metas a serem alcançadas e celebradas, tivemos a Declaração Mundial, em Jomtien, sobre a “Educação para Todos” firmando o compromisso dos governos em assegurar o direito à educação a todos: “As metas de Jomtien apenas parcialmente atingidas foram atualizadas em 2000, na reunião de Dakar quando a Cúpula Mundial de Educação se comprometeu com: atenção à primeira infância, acesso ao ensino primário de boa qualidade, educação de jovens e adultos, diminuição da disparidade entre gêneros na Educação Básica e melhoria dos aspectos qualitativos da educação para conseguir resultados de aprendizagem “mensuráveis” (OEI, 2008). Passados oito anos, na XVIII Conferência Iberoamericana de Educação, realizada em El Salvador em maio de 2008, novas metas foram estabelecidas para serem alcançadas até a comemoração dos bicentenários da Independência dos países latinos americanos. De acordo com o documento, os países participantes firmaram um compromisso com a melhora da educação, expondo 11 metas para a educação na região”. (Juliana Matias Faust. *Metas educativas para a geração do Bicentenário: propostas internacionais para políticas locais*. Políticas Educativas, Porto Alegre, v. 4, n.2, p. 97-106, 2011 – ISSN: 1982-3207).

¹⁴ Entre os 100 projetos, destaca-se a erradicação do analfabetismo.

cumprimento de suas metas até as comemorações do Bicententário. O desenho da política no Brasil expresso na legislação referente à educação menciona frequentemente a preocupação em torno da qualidade. Desde o final da década de 1980 até os dias atuais o termo “qualidade” está presente nos discursos e nos documentos relativos à política educacional e as demandas da sociedade. Existe quase um consenso entre os pesquisadores em defender que mesmo com a universalização do acesso e permanência nas escolas, ainda não podemos afirmar que temos uma educação pública de nível aceitável pelos padrões internacionais.

A qualidade da educação passou a ser mensurada e monitorada pelo o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) através do SAEB, e sua divulgação feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Atualmente o IDEB é considerado um dos principais indicadores sobre qualidade da educação básica no país. Com o objetivo de aferir e monitorar o rendimento e desempenho, o indicador é utilizado como indutor de políticas que avaliem as condições locais para o desenvolvimento e melhoria da educação. Concomitante a criação desse indicador, o Governo Federal elabora o Decreto 6.094 que institui o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação¹⁵.

Destaca-se que todas as metas estabelecidas neste plano, associadas à participação do Brasil no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)¹⁶, compõem as metas do governo federal para que a educação atinja padrão internacional. Como está no site do INEP:

A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência (Portal INEP¹⁷).

¹⁵ Por meio do Regime de Colaboração, o Governo Federal propõe através do Plano a adesão voluntária dos estados e municípios. O Compromisso Todos pela Educação é fruto do movimento Todos pela Educação formado por diversos setores da sociedade civil (iniciativa privada e de gestores públicos) e institui 28 metas visando a melhoria da qualidade de educação básica a ser mensurada pelo IDEB. Sua missão, de acordo com o documento é: “Efetivar o direito à Educação pública de qualidade, para que em 2022, bicentenário da Independência do Brasil, todas as crianças e jovens tenham acesso a um ensino básico de qualidade, que os prepare para os desafios do século XXI.”

¹⁶ *Program for International Student Assessment*. Avaliação externa trienal de estudantes de 15 anos nos países membros da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e países parceiros – caso do Brasil.

¹⁷ INEP. Portal Ideb: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>

Nesse sentido, podemos dizer que as comemorações do bicentenário surgem como “motor” para o planejamento e desenvolvimento da educação local e nacional. Haja vista o objetivo a ser alcançado pelo MEC de aumentar o IDEB nacional para 6,0 até o ano de 2022.

Na mesma perspectiva o novo Plano Nacional de Educação (2014-2024)¹⁸ reforça os aspectos mencionados na Constituição Federal, na LDB nº 9394/96, assim como o *Compromisso Todos Pela Educação*, referentes à educação no tocante a tentativa de diminuir as desigualdades educacionais, sociais e econômicas.

Considerações finais: festas para quem e para quê?

A título de desfecho dessas reflexões exploratórias levantamos algumas questões fundamentais a partir das quais firmamos o crivo de que as políticas culturais e comissões de festejos oficiais praticadas no Brasil não tem privilegiado a participação das comunidades e nem projetos de bem estar social. Existe uma espécie de ocultamento das dificuldades socioeconômicas da população ao longo dos séculos e ainda, mesmo através dos meios de comunicação, dos dados divulgados e evidenciados para toda população sobre os índices de desenvolvimento humano das agências de estatística, difundindo-se a ideia de que comemoração só pode exaltar os aspectos positivos. Nesse contexto a preocupação com a educação parece ser uma exceção à regra.

Estamos acostumados com comemorações de efemérides, de datas redondas, de festas onde apenas enfatizamos o pseudo-crescimento das cidades, das populações e a alegria de que tudo está bem ou que vai melhorar, em eventos que passam. Festas que podem ter se fixado na memória seletiva de alguns grupos exaltados, mas não trazem benefícios concretos¹⁹. É um modelo que poderíamos começar a questionar. O lema "festejar por festejar" precisa ser avaliado...

Como se vê, esses mecanismos festivos estudados possuem um estilo próprio, conformando as festividades, seguindo o paradigma da cultura católica europeia; desenvolvida a partir de uma gramática colonial bem codificada. São promoções compulsórias, em que programas pré-determinados obedecem a padrões mais ou menos fixos, envolvendo diversos indivíduos e grupos sociais.

¹⁸ Diferente do PNE (2001-2010), o novo plano 13.005, teve incorporado ao seu texto a avaliação de suas metas e possíveis erros a cada dois anos.

¹⁹ O Governo do Estado do Maranhão construiu a *Via Expressa* ligando dois *Shoppings*, em que diversas irregularidades de engenharia se constatam, e na qual benefício algum trouxe ao trânsito da cidade. Verificado através de várias denúncias feitas pela mídia e pela população.

A estrutura da festa pública, na sua substância, organização e legitimidade, atende em tudo à instância lúdica subjacente a mentalidade barroca, estimulando a população a colocar em evidência toda a disponibilidade para o lazer e o entretenimento efêmero; confirmando o fato de ser um espetáculo essencialmente teatral. Destacam-se como elementos da festa pública, numa estrutura repetida em diferentes formatos, a presença de variegadas artes cênicas, com recursos plásticos cenográficos de sofisticado *know-how*.

Pretende-se assim compor cenas e imagens edênicas - numa visão estilizada do paraíso original - através do projeto festivo e do efeito mágico²⁰. É a expressão cultural entrelaçando a elite e o popular, pela lógica do entretenimento, perpetuando-se o dispositivo festivo da colônia, na sociedade pós-moderna e neo-barroca, na qual há uma inerência lúdica, destacando-se a disponibilidade festiva, evidenciando a permanência da ‘alma barroca’, na reprodução de um espaço social no grande teatro persuasório e catártico.

Como já apontamos, esse modelo adquire evolução máxima no rito coletivo do carnaval. Essa carnavalização, - caracterizada pela ruptura do senso de gravidade do mundo (DaMatta, 1979, 1984), seja na órbita material, seja nas projeções do espírito -, atenua o compromisso de trabalho e obrigações em sociedade: horror da grande massa. Atuando ainda como um indicador de mentalidade, num complexo inter-racial ainda caminhando em seu ensaio de afirmação para uma ‘regionalidade’ tardia, em seus eixos periféricos mal traçados, e com arestas mal aparadas. Promovendo como novidade quase telúrica as virtudes e qualidades regionais e nacionais integradas num mosaico convenientemente construído pela engenharia de *marketing* político-cultural²¹.

²⁰ Aspecto que merece reflexão apurada considerando certa tendência de se aderir ao modelo dominante, exaltando-se de modo telúrico e romântico positivamente combinadas de festividade, alegria e mestiçagem; no que se tem designado de *corpo* e *alma* característico do país. Um olhar distanciado mais apurado, que não quer dizer “negativista”, aponta para aspectos críticos negligenciados por essa apologia quase ufanista. Por exemplo, consideramos alarmante a manutenção de um modelo que tem preservado, séculos seguidos, uma ideologia da mestiçagem adequada à manutenção de desigualdades econômicas e sociais aberrantes.

²¹ Conforme constatado no âmbito de nossa pesquisa empírica em São Luís/MA, na produção da chamada *maranhensidade*, decantada por intelectuais, escritores e artistas locais: “Um novo conceito a partir de 2007 foi implantado no Maranhão, através da Secretaria de Cultura do Governo Jackson Lago, com o intuito de abrir um leque de possibilidades para artistas maranhenses das mais diversas áreas, assim como de levar a cultura do estado para todos os cantos destacando a particularidade de cada região, conforme seguiu as diretrizes de municipalização deste governo, o conceito da “maranhensidade” foi introduzido e que definiu as ações da secretaria. Festas tradicionais como o *São João* e o *Carnaval da Maranhensidade* mostraram a nível nacional o orgulho de ser maranhense, através do nosso modo, dos nossos costumes e do nosso jeito de ser”. Disponível na homepage: <http://ogovernointerrompido.wordpress.com/2010/04/05/a-cultura-da-maranhensidade/>

São lapidares as análises realizadas por Affonso Ávila sobre o barroco brasileiro, em especial no texto que trata mais especificamente do complexo cultural da festa barroca:

A Festa Pública abre na nossa sociedade os interstícios festivos, enquanto veículo de carnavalização, no esquema das relações de poder, quer político, quer religioso, deixando com isso de atuar como mero instrumento ideológico para significar uma saída antropológica no terreno da interação entre diferentes componentes étnicos de cultura e atitude existencial (Ávila, 1993: 87).

Esse esquema repercute de modo poderoso, no espaço do discurso, o referido dilema da identidade cultural, contaminando o imaginário social ao ponto de atingir um tipo de virulência e contágio poderoso e disseminador; aprofundando sua legitimidade e hegemonia. Alastra-se no tecido social emergindo, com os mais diferentes tipos de investimentos, na ideia de identidade específica, particular, especial, original etc. Súbita síndrome identitária que merece atenção de uma socioanálise apurada; além de aproximações com uma psicanálise das profundezas²².

Ao colocar num mesmo palco atores de falas e máscaras diversas, a festa colonial brasileira ultrapassa o espaço sociocultural tradicional de discurso de poder, procurando concatenar em seu lugar um espaço de discurso subjetivo, em busca de reconhecimento demandado e queixoso, de *uma* identidade cultural na periferia do sistema-mundo. O lexema que adquire força é: "O Brasil para o Mundo!".

A festa-padrão desse balanceamento cultural de ancestralidades culturalizadas, combinadas de acordo com interesses em disputa sempre implícita, serve muito bem a estes objetivos compensatórios mais subjacentes e sempre recalcados. A comunidade adere, de um lado, e, acionada em ritmo de festival, sintetiza de outro, pois todo um projeto social dimensionado em espaço de esperança e reconhecimento – espaço que inclui, sem nenhuma necessidade de explicação racional ou consciente²³ – oferecendo a premonição étnico-mística de uma regionalidade possível no imenso mosaico cultural nacional (Ávila, 1993)²⁴.

É o momento de retomarmos os questionamentos de abertura desse texto. A celebração do Bicentenário da Independência do Brasil se aproxima. Em 2022 teremos

²² Aspectos a serem desenvolvidos em futuro texto, desenvolvido na linha de pesquisa *Cultura e Subjetividades* do CRISOL Grupo de Pesquisas em Humanidades, Estudos Culturais e Urbanos (CNPQ/NUPEM/UFRJ Macaé).

²³ Daí a resistência recalcitrante pela organização de uma comemoração mais reflexiva, relativizadora dos enunciados pré-estabelecidos. Fato que se constata pela rarefação na densidade dos debates históricos, sociológicos ou antropológicos efetivamente programados para a efeméride.

²⁴ Algo que no contexto de São Luís cristalizou-se em torno do conceito telúrico de *maranhensidade*, apontado mais acima.

uma manifestação de grande expressão sociocultural. Será novamente uma particular ocasião para o país recuperar toda uma tradição de festividades públicas voltadas para a comunicação de seus valores e símbolos nacionais, não só para o mundo, mas para si próprio. Foi o que aconteceu especialmente com a *Semana de Arte Moderna* de 1922, realizada em São Paulo, mas que repercutiu em todo país, e atravessou dois séculos de reflexões e interpretações.

Entretanto, no escopo de nossa reflexão, o questionamento se atém a um aspecto mais específico. Quais as consequências da manutenção de um modelo celebrativo contraditório e excludente escolhido novamente como marca dessa celebração vindoura? Já podemos identificar os perfis dominantes que concorrem na elaboração do maquinário festivo e celebrativo a ser adotado, e podemos também vislumbrar suas consequências deletérias; já que temos antecedentes em dados recolhidos em vasta pesquisa aqui apresentados de modo sumário.

Para nós, nos limites desse artigo, a hipótese é que o modelo de festividade, ou festival, - seguindo a linha temporal da festa maior da história colonial - o *Triunfo Eucarístico* de 1733, ocorrida em Vila Rica - símbolo do triunfo do espírito festivo - tenderá a ser reproduzido de um modo ainda mais espetacularizado. Pois nesse modelo, considerado eficaz e eficiente, vemos se aglutinar, numa só imagem coletiva, as desinências culturais do sagrado e do profano, - escrevendo uma primeira metáfora do êxito sociológico da miscigenação, “azeitando a máquina” festiva -, e do sincretismo místico que alimenta até hoje, em pujança tropical e dionisíaca, a resistência das classes dominadas contra a coerção de uma estrutura hierarquizada e desigual, e historicamente perversa, consolidada na sociedade brasileira e permanecendo inalterada em diversos *torrões*²⁵.

Portanto, parece-nos que a consagração festiva do *Triunfo Eucarístico*, com sua força premonitória, nos preparou de modo definitivo para entender as contradições brasileiras hodiernas e em especial as aberrações e incongruências nacionais, regionais e locais. Além de ser útil para compreender a festa brasileira, e os fenômenos ligados à antiestrutura e ao excesso como processos vinculados à gênese e à transformação de

²⁵ Utilizamos o termo *torrão* no sentido de *terra natal* (homeland), empregado pelo geógrafo maranhense Raimundo Lopes em seu livro *O Torrão Maranhense*. Obra que hoje compõe publicação reeditada conhecida como *Uma Região Tropical* (Lopes, 1970). A expressão adquiriu grande repercussão no imaginário regional, surgindo recorrentemente em *toadas* de bumba-boi e em diversas canções e poemas populares e eruditos. Em breve, vamos desenvolver estudos sobre possíveis paralelos literários entre o *torrão natal* (homeland) dos poetas brasileiros e a *wasteland* (terra baldia) do poeta T. S. Eliot (1888-1965). Sobre a obra *Waste Land* de Eliot, ver as análises do antropólogo mexicano Roger Bartra em *Culturas Líquidas* (2008).

nossa cultura e de seus agentes sociais, ajuda também a apreender a lição moderna de liberdade e interação que ainda nos é presentificada pelo espetáculo cíclico do Carnaval, alegria eufórica programada, agendada, ritualizada e cada vez mais frugal, prometendo um estado permanente de festa e efervescência coletiva, como bálsamo fugaz em meio a tantos infortúnios. Nada nos faz crer que esse modelo não se repetirá com requintes tecnológicos e circenses sofisticados, mas que só reforçarão o traço neobarroco retroalimentado pela linguagem *high-tech* pós-modernista.

Referências

- ÁVILA, Affonso. Festa Barroca: Ideologia e Estrutura, In **América Latina: Palavra, Literatura e Cultura**. p. 71-90. Vol. 1. *A Situação Colonial*. Org. Ana Pizarro. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1993.
- BALANDIER, Georges. *El poder en escenas*. Barcelona: Piados Studio, 1994.
- BARTRA, Roger. *Culturas líquidas en la tierra baldia*. Buenos Aires/Madrid: KatsBarpal, 2008
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. **Festas cívicas na corte regencial**. *Varia hist.* [online]. 2006, vol.22, n.36, pp. 494-516. ISSN 0104-8775. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752006000200014>.
- BAUMAN, Zigmunt. *Ensaíos sobre o conceito de cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982,
- CAZENEUVE, Jean. *Sociologia do rito*. Porto: Rés, S/D.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. *Festim Barroco*. São Luís: ebook/UFMA, 2008
- _____. *Teatro das memórias: entre o passado e o futuro*. Pasos (El Sauzal), v. 8, p. 363-373, 2010.
- _____. *O Labirinto dos significantes na cultura barroca*. Psicanálise & Barroco Revista, v. 7, 2010.
- _____. *Alcances interpretativos de uma sociologia das comemorações históricas*. Rev. IHGM, v. 1, 2011.
- _____. *Dádiva e utilitarismo nas políticas culturais*. Fênix (UFU. Online), v. 8, p. 6-16, 2011.
- _____. *Festas públicas e comemorações históricas na periferia do sistema-mundo*. Cadernos de Estudos Culturais, v. 4, p. 9-24, 2012.
- _____. *A fundação mítica de cidades*. Revista IHGM, v. 1, p. 386-391, 2012.
- _____. *Mito, Ideologia, Sonho e Enigma dos 400 anos*. Revista IHGM, v. 1, p. 162-164, 2012.
- _____. *A Fundação Mítica de São Luís*. Revista IHGM, v. 1, p. 260-262, 2012.
- _____. *O Triunfo do Espírito Festivo*. Revista IHGM, v. 1, p. 120-122, 2012.
- _____. *O passado deve servir para alguma coisa*. Revista IHGM, v. 1, p. 117-119, 2012.
- _____. *Identificações Cristalizadas*. Psicanálise & Barroco em Revista, v. 11, p. 92-108, 2013.
- _____. *Teatro das memórias: ensaios de ação cultural na atualidade*. São Luís: EDUFMA/Col. Humanidades. 2013.
- _____. *O Retorno do Encoberto como Paródia*. Revista Memória em Rede, v. 4, p. 1-18, 2014.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- GALLO, Sílvio. *Educação: entre a subjetivação e a singularidade*. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 229-244, maio/ago. 2010
- GIAMBIAGI, Fabio; PORT, Claudio (Orgs.). *2022: propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro: Forense. 1990.
- _____. *A sociedade transbordante*. Lisboa: Século XXI, 1995.
- LOPES, Raimundo. *Uma Região Tropical*. Rio de Janeiro: Seleta. 1970
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas - CPDOC, 1992.
- _____. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1994. 8f
- LIMA, Natália Pereira. *A legitimidade das datas comemorativas: ensaio sobre as Festas Públicas na Celebração dos 400 anos de São Luís/Maranhão*. Monografia. Graduação em Ciências Sociais – São Luís, 2013.
- RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971